

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),
R E S O L V E:

REMOVER, em caráter provisório, o servidor BRUNO FRANCISCO CARDOSO, Auxiliar de Administração, das Promotorias de Justiça de Barcarena para esta Capital, até ulterior deliberação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de março de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA,
Procurador-Geral de Justiça, com delegação
(PORTARIA N.º 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA Nº 1418/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 3864/2015, em 28/1/2015;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 49, parágrafo único, inciso I, da Lei Estadual nº 5.810/1994;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),
R E S O L V E:
REMOVER, em caráter provisório, o servidor HUGO ALESSON PASSOS DA SILVA, Auxiliar de Administração, da Promotoria de Justiça de Altamira para a Região Administrativa Belém I, a partir de 8/4/2015, até ulterior deliberação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de março de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA,
Procurador-Geral de Justiça, com delegação
(PORTARIA N.º 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 815253

PORTARIA N.º 1033/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 19/2015/ASS/JUR/PGJ, de 27/2/2015;
R E S O L V E:
DELEGAR poderes ao Procurador de Justiça FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA para atuar nos autos da Peça de Informação nº 005/2015/MP/PJ - BOP nº 00011/2014.009702-3, para presidir e prosseguir na apuração do fato, podendo, nessa qualidade, requisitar todas as medidas à elucidação e demais providências legais, em conformidade com os arts. 145 c/c 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 27 de fevereiro de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 1458/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;
R E S O L V E:
DELEGAR ao Promotor de Justiça de 2ª Entrância ALFREDO MARTINS DE AMORIM, atribuições específicas para, no dia 25/3/2015, dar investidura no cargo de Auxiliar de Administração, MP-AUD-201-A-I, ao Sr. ADNALDO CABRAL CUNHA, nomeado conforme ato nº 24/2015, datado em 19/2/2015, publicado no D.O.E. de 25/2/2015, para, em caráter efetivo, exercer suas funções na Região Administrativa Sudeste II.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 18 de março de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional, com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 815255

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(J.L.R. ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS)
Nº. da Ata de Registro de Preços: 024/2015-MP/PA.
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº. 002/2015-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa J.L.R. ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DA REDE LÓGICA.
Vigência: 08/04/2015 a 07/04/2016.
Data da assinatura: 08/04/2015.
Preços Registrados:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS	UNID	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
21	Alicate de crimpagem rápida, com as seguintes características: 1-Padrão RoHS Compliant; 2-Ser compatível com todos os produtos da linha FISA CESSO; 3-Compatibilidade com conector Cat.6 Gigalan U/UTP; 4-Possibilita a conexão simultânea de até 08 (oito) condutores metálicos isolados em terminais de conexão padrão 110 IDC; 5-Conexão sem impacto e uniforme, permitindo uma melhor performance; 6-Fazer o corte do excedente de condutores metálicos isolados; 7-Equivalente ao FURUKAWA	UNID	22	R\$196,40	R\$ 4.320,80
22	Alicate de crimpagem RJ45, com as seguintes características: 1-Padrão RoHS Compliant; 2-Ser compatível com todos os produtos da linha FISA CESSO; 3-Executar a inserção das garras de contato do conector RJ-45 macho e acionar o prensa cabo; 4-Permitir a conectorização de conectores RJ45 macho CAT 5e e CAT6 5-Equivalente ao FURUKAWA	UNID	22	R\$ 42,00	R\$ 924,00
23	Testador de cabo rj11, rj45, usb e bnc, com as seguintes características: 1-Possuir leds de indicação; 2-Possuir terminal bnc 25/50ohm; 3-Fazer leitura rápida com resposta sem conexão e curto-circuito; 4- Cabos rj11 com conectores machos, de 2 a 6 condutores; 5- Cabos lan utp e stp, com plugue macho rj 45; 6- Cabos usb com plugue chato tipo a em uma extremidade e plugue quadrado tipo b na outra extremidade; 7-Cabos bnc com conectores machos; 8-Alta velocidade; 9-Indicação de terminação bnc 25 ohm/ 50 ohm; 10-Indicação de straight(direto) ou crossover (cruzado); 11-Indicação de no connetion (sem conexão) e short (curto); 12-Indicação de bateria boa e fraca; 13-Soquetes rj11/ rj45 com camada de ouro 30u”; 14-Reação rápida durante o processo de teste; 15-Máximo comprimento de cabo: 1000m; 16-Equivalente ao MT200 MULTILOC.	UNID	22	R\$ 190,00	R\$ 4.180,00

Ordenador Responsável: Dr. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Endereço do Contratado: Trav. Jose Pio , Nº 545 A, Umarizal - Belém/PA, CEP 66.050-240 , Tel: (91) 3204-2614, email: jlraraujo@jlraraujo.com.br.

Protocolo 815316

EXTRATO DE APOSTILA AO CONTRATO

Nº da Apostila: 1ª
Nº do Contrato: 013/2015-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa QUALITY ATACADO LTDA - ME.
Objeto e justificativa da Apostila: A correção do valor unitário, referente ao item 16, para R\$ 36,80 (trinta e seis reais e oitenta centavos), conforme registrado na proposta da Contratada e na Ata do Pregão Eletrônico nº. 005/2015-MP/PA.
Data da Assinatura: 08/04/2015
Ordenador responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.
Endereço da Contratada: Rua Alírio Elias Ferreira, 48-B,bairro União, Belo Horizonte-MG, CEP: 31170-580.

Protocolo 815371

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 025/2015-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a PORTARIA N.º 025/2015-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.
Portaria de Instauração n.º 025/2015
Data da Instauração: 08/04/2015
Objeto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria Municipal de Saúde - SESMA e pelo Hospital Ophir Loyola ao paciente NESTOR FARIAS CÂNCIO, idoso de 83 anos de idade, diagnosticado com neoplasia maligna do estômago (CID 10 C 16), especificamente no que diz respeito à realização do procedimento cirúrgico de gastrectomia subtotal.
Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (titular)

Protocolo 815742

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

N.º. 000236-125/2015-MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº. 000236-125/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 011/2015
Data da Instauração: 09/04/2015
Objeto: apurar possíveis irregularidades no Programa Cheque Moradia do Estado do Pará.
Promotor de Justiça: DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS (titular)

Protocolo 815757

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Nº 000058-151/2015-MP/PJ/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000058-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 035/2015
Data da Instauração: 08/04/2015
Objeto: Apurar possíveis irregularidades na Concorrência Nacional nº 014/2014, da Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB).
Representante: Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção do MPE/PA.
Representado: Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB.
Promotoria de Justiça: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotora de Justiça: Elaine Carvalho Castelo Branco.

Protocolo 815776

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 05/2015-MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica dos estabelecimentos penais, da regularidade processual e dos direitos e deveres do preso, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, adequando-os, no que couber, à Resolução nº 56, de 22 de junho de 2010, alterada pelas Resoluções nº 80, de 18 de outubro de 2011 e Resolução nº 120, de 24 de fevereiro de 2015, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, nos termos do que preceituam os artigos 10, inciso XII, e 17, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - LONMP) e, artigos 18, inciso XII e 37, inciso XIV, da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é assegurada pelo artigo 1º, III da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que o respeito à integridade física e moral dos presos é assegurado pelo artigo 5º, XLIX, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o artigo 25, inciso VI, da Lei nº 8.625/1993 c/c o artigo 68, parágrafo único da Lei 7.210/84 e artigo 52, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, dispõem